Mercado de seguros evolui de mecanismo de indenização para indutor de resiliência urbana e estrutural após lições do Rio Grande do Sul e de Belém, no Pará

Diante do aumento global na severidade e frequência de eventos extremos, o planejamento urbano e as parcerias de infraestrutura no Brasil passam por uma transformação estrutural. O setor de seguros e resseguros assumiu o papel de peça central na viabilização econômica e resiliência de grandes projetos e concessões. Ao deixar de ser um instrumento reativo de reembolso de prejuízos, soluções de seguros preventivos e coberturas estruturadas emergem como a principal ferramenta para mitigar riscos climáticos e proteger ativos públicos e investimentos privados de catástrofes.

Eventos climáticos recentes no país ilustram a urgência desse novo modelo. As enchentes no Rio Grande do Sul em 2024 funcionaram como um verdadeiro teste para a infraestrutura nacional. O desastre causou chuvas de até 500 mm em poucos dias, afetou mais de 2 milhões de pessoas e gerou perdas estimadas pela Munich Re em US$ 7 bilhões na região. Mais recentemente, o contexto de vulnerabilidade foi reforçado em Belém. Dois meses após sediar a COP 30, a capital paraense registrou, entre 19 e 20 de abril, mais de 150 mm de chuva em 26 horas – quase metade da média de precipitação para o mês de abril, que é de 450 mm, embora o acumulado mensal tenha ultrapassado 550 mm. O volume concentrado somou-se a ciclos de marés elevadas, resultando em alagamentos generalizados, interrupções de energia e impactos na mobilidade urbana.

Para Leandro Ramirez da Silva, executivo do mercado de seguros e Associate Director da Howden Specialty, os acontecimentos no norte do país servem de contexto prático e trazem um diagnóstico nítido sobre a gestão de riscos na atualidade. Ele analisa que Belém sediou o maior debate climático do planeta e, pouco tempo depois, vivenciou na prática os efeitos do que foi discutido ali, o que mostra que a agenda climática deixou de ser conceitual e se tornou algo totalmente mensurável. Ramirez reforça que o risco climático está entrando definitivamente na conta financeira das cidades, das empresas e dos governos, passando a ser precificado por quem traduz esse risco em métrica econômica, que é o mercado de seguros.

O cenário consolidou o que especialistas classificam como a economia do risco climático. Ativos de infraestrutura desprovidos de adaptação ou blindagem financeira estão severamente expostos a interrupções operacionais, elevação do custo de capital, perda de atratividade para investidores internacionais e extrema dificuldade na obtenção de novas coberturas. Dados globais e nacionais evidenciam um gargalo histórico de proteção financeira, uma vez que estimativas da Munich Re apontam que os desastres naturais geraram cerca de US$ 224 bilhões em perdas globais em 2025.

No recorte histórico brasileiro desde 1980, as catástrofes naturais causaram cerca de US$ 43 bilhões em perdas econômicas, com valores ajustados pela inflação e excluindo o setor agrícola. Desse montante, apenas 5% contavam com cobertura de seguros, revelando um gap que precisa ser urgentemente combatido. De acordo com Ramirez, o seguro deixa de ser apenas um mecanismo de indenização e passa a ser um instrumento que viabiliza a recuperação econômica e induz planejamento urbano e inovação tecnológica para adaptação climática.

Para fechar essa lacuna de proteção em grandes perímetros e proteger contra impactos financeiros severos, sejam eles climáticos ou não, o mercado tem apostado na inteligência de dados, modelagem tecnológica avançada e em produtos modernos como os seguros paramétricos. Diferente do seguro tradicional, o modelo paramétrico paga indenizações de forma ágil com base no disparo de gatilhos pré-estabelecidos, como índices de precipitação ou níveis de maré, eliminando processos demorados de regulação de sinistros e permitindo resposta emergencial imediata.

Inovação no ambiente de seguros

Um exemplo proeminente dessa aplicação prática e bem-sucedida de governança de risco

estruturado foi o projeto implementado na região de Miami-Dade County, focado especificamente nos bairros de Little River e Allapattah. O estudo e a estruturação do programa iniciaram-se na metade de 2023 e foram concluídos em dezembro de 2024, resultando no desenho de uma apólice preventiva anual com vigência estabelecida de 1º de julho de 2024 até 30 de junho de 2025. Esse projeto foi totalmente financiado pela Miami Foundation, que realizou o pagamento do prêmio anual de 75 mil dólares mais taxas aplicáveis. A engenharia de riscos desenhada para o caso garantiu um limite de cobertura de até 600 mil dólares, abrangendo uma área de proteção de 25 milhas quadradas para a região interna, conhecida como inner area, e de 59 milhas quadradas para a região externa, denominada outer area.

O sucesso de iniciativas internacionais como esta aponta o caminho para o Brasil no período pós-COP 30. A integração efetiva entre o setor público, agentes financeiros e o mercado de seguros deixa de ser opcional. Para que as concessões de infraestrutura, os ativos urbanos e os grandes eventos estejam protegidos de possíveis catástrofes e demais prejuízos, o desenho preventivo de apólices e a transferência técnica de riscos tornam-se os verdadeiros pilares da adaptação e da estabilidade econômica nacional.

Fonte: Bruna Bom, em 15.06.2026